

## **Contextos, Lutas e Políticas Públicas para as Juventudes**

Cristiane Damedá

Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó

Maxemino Luiz Martinelli

Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó

Dra. Cristiane Tonezer

Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó

Dra. Rosana Maria Badalotti

Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó

**Resumo:** Após um período de grandes conquistas que contribuíram decisivamente para importantes direitos sociais – período de 1970/1980 constituíram-se na década seguinte novas organizações populares, como Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc. Período marcado por transformações neoliberais e uma nova ordem mundial começa a se estabelecer a partir da emergência do Estado mínimo. Diante do atual cenário, os jovens têm sido compreendidos em muitos momentos como sem utopia ou apolíticos, o que revela um desgaste das formas institucionais de fazer política. Em meio a essa conjuntura sócio-política fragmentada, é que os movimentos de juventude buscam novas formas e conteúdos para suas ações coletivas. Movimentos populares urbanos, rurais, de estudantes, de afrodescendentes, contra a tortura, contra a corrupção, a favor de direitos identitários, por políticas e benefícios públicos, pela liberdade de expressão e outras mobilizações e ações coletivas tem, no Brasil, os jovens como precursores. Nessa perspectiva, este artigo busca discutir que lutas, que juventudes, que contextos, que modos de subjetivação estão presentes e configuram a participação social nesse novo cenário. Foi possível perceber que apesar de um enfraquecimento dos movimentos sociais, as juventudes ainda tem protagonizado lutas e garantido respaldo em políticas públicas específicas, urbanas e rurais.

**Palavras-chave:** Juventudes, Movimentos sociais, Políticas Públicas.

### **1 Introdução**

Os movimentos dos operários surgidos em 1980 pela garantia de alguns direitos, fazem emergir no Brasil iniciativas de um suposto sistema de proteção social, apoiado na contribuição e destinado aos mais pobres. Formalizando nacionalmente o que já se estabelecia em uma relação de clientelismo e filantropia, como forma de manter o controle sobre os trabalhadores.

De acordo com Scherer-Warren (2012) os movimentos já foram mais atuantes em décadas anteriores a redemocratização do país. Também devido as modificações dinâmicas como o surgimento das Organizações não governamentais – ONGs e os impactos nos movimentos sociais. Atualmente novas configurações e dinâmicas de articulação mostram que os movimentos resistem e continuam com fundamental papel em meio as diferentes trajetórias cotidianas.

Este estudo traz considerações acerca de como historicamente as trajetórias dos movimentos de jovens, articulados por grupos de oposição aos regimes militares e em uma trajetória de grandes conquistas mais recentes, têm sido responsáveis pela transformação dos cenários sociopolítico, potencializando projetos e ações que dão mais visibilidade aos movimentos populares.

Essas transformações, representadas por novos cenários, se apresentam a partir do olhar de diferentes sujeitos que os produzem, produção esta que se dá concomitantemente à medida que tais sujeitos se apropriam dos diferentes espaços da sociedade. Em meio a esses novos sujeitos e novos espaços, destaca-se a ação dos jovens, os quais estabelecem distintas territorialidades que vão sendo delineadas a partir de práticas espaciais e políticas.

Diante do atual cenário, os jovens têm sido compreendidos em muitos momentos como sem utopia ou apolíticos, o que revela um desgaste das formas institucionais de fazer política. Em meio a essa conjuntura sócio-política fragmentada, é que os movimentos de juventude buscam novas formas e conteúdos para suas ações coletivas.

Como trabalho produzido no âmbito do componente curricular Organizações, Redes e Capital Social do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), esse artigo objetiva discutir as formas que as lutas de diferentes juventudes em seus diferentes contextos e os modos de subjetivação que estão presentes e configuram a participação nesse novo cenário social. ,

## **2 Movimentos sociais como rupturas: lutas e institucionalizações**

Os movimentos sociais, de acordo com Gohn (2014) possuem bases, demandas, lideranças, opositores, conflitos sociais entre outros aspectos, que atravessam conjunturas socioeconômicas, gerações e produzem história. Movimentos estes que “[...] transitam desde os países explorados no capitalismo global até os grupos de minorias de guetos das cidades mais ricas do globo.” (OLIVEIRA, 2010, p. 194).

Gohn (2014) afirma que a partir da Constituição de 1988 algumas conquistas podem ser observadas, estas emergidas das diferentes lutas dos movimentos sociais - principalmente com a luta dos operários -, a luta das mulheres, dos ecologistas, dos grupos de indígenas e de estudantes. Lutas que visam o reconhecimento de direitos e que articulam questões específicas do cotidiano brasileiro.

Ainda segundo a autora, as várias lutas sociais se internacionalizam rapidamente fazendo novos “conflitos” sociais eclodirem. Essa união de diferentes grupos, fortalece o

poder de decisão sobre questões que dizem respeito a sociedade. Essas temáticas criam novas agendas e propostas ou projetos sociopolíticos variados, como a do biopoder. (GOHN, 2008).

De acordo com Antunes (2006), o processo de mudanças se deu frente a presença dos novos sujeitos políticos organizados, que buscavam junto a uma visão de novos projetos nacional-populares e democráticos, apoiados por ação político-partidária e sindical –, quebrar a hegemonia dominante que assolava as classes menos favorecidas, o que segundo o autor desencadeou um processo intenso de lutas de grande relevância nos países de capitalismo dependente.

Dentro de novas configurações de arenas que potencializavam o fervor das ações dos trabalhadores questionando os pilares fundantes da sociabilidade do capital, os novos movimentos contraculturais e novos movimentos sociais possibilitaram as condições políticas favoráveis à organização e mobilização de diversificados sujeitos coletivos, principalmente os vinculados à Igreja Católica, via Teologia da Libertação, e pela Educação Popular, de Paulo Freire. (ANTUNES, 2006; MACIEL, 2011).

Historicamente se analisarmos as trajetórias dos movimentos sociais, é possível observar que os movimentos atuais são oriundo dos movimentos populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares. Contudo, uma trajetória mais recente, ente os anos de 1980 e 1990, o cenário sociopolítico transformou-se drasticamente e as motivações que davam visibilidade aos movimentos populares nas cidades, foram sendo menos atuantes. (GOHN, 2011).

De acordo com a autora, após um período de grandes conquistas que contribuíram decisivamente para importantes direitos sociais – período de 1970/1980 –, surgiram na década seguinte novas organizações populares, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc., o que convergiu em parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, orçamento participativo, a política de renda mínima, bolsa escola entre outros.

Gohn (2014) salienta também que as ações coletivas presentes nos movimentos sociais na década de 80, como forma de reivindicação e pressão, adquirem novas características a partir de 1990. Segundo a autora, articulam-se com setores públicos e privados tendo em vista a obtenção de resultados. “A palavra de ordem desses projetos e programas passou a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ativo e não um passivo reivindicante [...]” (GOHN, 2014, p. 59).

Salienta-se que a Constituição também possibilitou a participação da sociedade civil na administração pública, o que de certa forma desconcentrou várias atividades sociais que estavam sob a égide do Estado, para alguns serviços privados sem fins lucrativos. Surgem os Fóruns, câmaras, conselhos e assembleias como uma maneira organizada de controle das ações das ONGs.

Gohn (2014) refere que no período dos anos de 1990 os protestos tiveram as marchas como formas de expressão, especialmente pelas populações do meio rural e atualmente protagonizada principalmente por jovens de classe média, os “novos incluídos”.

Nesse contexto de ampliação e redirecionamentos dos movimentos sociais, Gohn (2011) afirma que são alargadas significativamente as fronteiras dos movimentos rurais, articulando-se com os movimentos urbanos. O que autora destaca é que nessa ampliação e redirecionamentos das fronteiras, mesmo que a causa, ou a questão central seja rural, a forma de manifestação do movimento ocorre no meio urbano.

Também nessa transição, novos atores surgem, as denominadas Organizações Não-governamentais - ONGs, que passam a “tomar” frente no lugar dos movimentos. Com isso, segundo Gohn (2011) as fundações e organizações do terceiro setor estrategicamente articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, apoiados por recursos financeiros, privados e públicos passaram a ter outra lógica de atuação frente aos movimentos sociais, tendo um público alvo e atuando por meio de projetos, com prazos determinados, afloram novos conceitos nesses movimentos – responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social entre outros. (GOHN, 2011).

Coimbra (2003) afirma que nesse período de transição, uma nova ordem mundial começa a se estabelecer, viu-se a emergência do Estado mínimo, a flexibilização do trabalho, o livre comércio, a privatização, bem como “[...] uma veemente produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, exclusão, da pobreza e da miséria.” (COIMBRA, 2003, p. 28).

Frente a essas mudanças e percepções, o que ocasionou grandes transformações nos cenários de lutas sociais, muitos movimentos se tornam ou se articulam com novas estratégias de ações, as ONGs. Destaca Gohn (2014, p. 57), que atualmente

Há um grande número de redes civis de atuação direta em meio à população por intermédio de ONGs, associações comunitárias, sociedade de amigos do bairro, entidades assistenciais e filantrópicas, laboratório de projetos sociais de extensão universitária etc. Trata-se de um setor que não é marginal ao modelo econômico

vigente. O trabalho e a organização cotidiana desse setor contribuem para alimentar cadeias de produção.

De acordo com a autora, pode-se visualizar três dimensões distintas dentro da luta popular organizada. Os movimentos de natureza urbana tinham a luta pela moradia, como central e organizada. Uma parte dela tornou-se institucionalizada e por atuar no plano jurídico, deu possibilidades para a emergência do Estatuto da Cidade; outra passou a fazer parte de ONGs participando de projetos de forma articulada, solidária e com autogestão, o que fez emergir as associações de moradores, como forma de pensar projetos horizontais. Já outra vertente dos movimentos seguiu o modelo de movimento popular rural realizando ocupações de áreas, porém não distantes dos centros urbanos e sim de prédios públicos e privados abandonados. Nesse sentido destaca-se na década de 90 o Movimento dos Trabalhadores sem Teto - MTST. (GOHN, 2014).

Mobilizar, segundo Gohn (2014), deixou, em seu plano geral, de ter o objetivo de desenvolver uma consciência crítica, ou de protesto, e passou a ser usada como sinônimo de organização da população para participar de projetos sociais. O militante passa a ser um ativista que organiza usuários à participação por meio do domínio das tecnologias da informação.

Cria-se um hábito de colaboração e solidariedade, onde “[...] os indivíduos percebem que se todos voltarem apenas para seus interesses privados estarão piores do que se dispusessem de tempo para a coletividade” (GANANÇA, 2006, p. 6). Trata-se de estabelecer um capital social, ou seja, uma organização pautada na confiança, nas normas, estimulando o convívio democrático e traduzindo interesses divergentes em consenso social.

Com essa perspectiva da esfera das associações, a percepção de que o coletivo é uma estratégia que potencializa os resultados de reivindicações, no meio rural, Comparato (2001) identifica inúmeros movimentos que tiveram destaque nas lutas pela reivindicação de direitos, principalmente os que tinham como bandeira a terra, como exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST). Contudo, o MST se tornou uma referência não regionalizada, pois há inúmeros registros de revoltas camponesas e movimentos anteriores ao surgimento do MST que eram limitados à região em que surgiram – Ligas Camponesas no Estado de Pernambuco; Canudos e Contestado no nordeste da Bahia e ao oeste catarinense, entre outros.

Segundo o autor, posterior ao surgimento e lutas do MST, muitos outros movimentos, inspirados pelos princípios do movimento, surgiram, como o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra); MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra); e o MUST

(Movimento Unido dos Sem Terra), todos motivados por direitos a terra e condições para permanência na mesma.

Nesse novo século, as mobilizações que vem ocorrendo no Brasil também tem os jovens como precursores. Ocupações, marchas, passeatas e outros modos de manifestações ganham espaço na mídia e que são, conforme Gohn (2014), maneiras de exercer a opinião, de buscar pela participação popular diante de um regime denominado democrático.

Movimentos populares urbanos, rurais, de estudantes, de afrodescendentes, contra a tortura, contra a corrupção, a favor de direitos identitários, por políticas e benefícios públicos, pela liberdade de expressão e outras mobilizações e ações coletivas, ou mesmo protestos online, foram organizados, segundo a autora, por jovens, os quais têm atuado principalmente através das mídias sociais.

Os jovens que participam das manifestações, qualquer que seja a orientação política-ideológica que os motiva, são abertos às utopias, à cultura digital, à revolta contra injustiças sociais. Antes de ocupar territórios do espaço físico, familiarizam-se com o espaço virtual, atuam no novo espaço social criado via o uso da internet. As redes sociais são as escolas de educação não formal. Não se pode esquecer da capacidade de aprendizagem dos ativistas, seu poder de reflexão e elaboração de sínteses a partir da prática.[...] Trata-se do exercício de uma cidadania propositiva. Querem viver o exercício de uma cidadania real, não a formal, que se encontra congelada nas letras da lei (GOHN, 2014, p. 84).

Tais mídias possuem grande poder rizomático de conectar as pessoas e não se apresentam como uma ferramenta nova. Visualiza-se que desde 1990 já havia uma força do cyberativismo, denomina a autora. “Redes virtuais criam ações coletivas para projetos sociais de inclusão social e ações de pressão sobre o poder público, cobrando ética na política, transferência das ações do governo etc.” (GOHN, 2014, p. 72).

Mobilizar-se pela internet tornou-se um meio mais seguro, a autora destaca que a maioria das mobilizações nas ruas enfrentam ainda a repressão policial, esta justamente uma das demandas de luta: o fim da repressão e mais educação, saúde, proteção e segurança pública.

Concebe-se, desta maneira que “Os coletivos e as manifestações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política” (GOHN, 2014, p. 84).

### **3 Juventudes excluídas ou desassistidas?**

Zamora, Vilhena e Dimenstein, (2004) destacam que a segregação sócio-espacial foi produzida pelo fenômeno histórico da reforma urbana a qual Avritzer (2012) entende como uma varredura dos pobres para áreas marginalizadas da cidade, alocados em lugares sem nenhum tipo de serviço público.

Para os autores, os canais de comunicação entre a população da periferia e dos centros são impugnados e essa incomunicabilidade também é uma violência, pois implica na subjetividade, no reconhecimento de si como pertencente a um lugar e também no acesso a bens e serviços públicos.

Deleuze e Guattari (1995) sustentam que a subjetividade não é uma essência, mas um processo produzido por múltiplos componentes: por acontecimentos, pela rede de relações e trocas que o sujeito estabelece e também por agentes não-humanos como as políticas e outros equipamentos, e tudo aquilo que produz um efeito no sujeito, ou seja, ele se constitui na experiência, na produção de sentido do que viveu e, portanto uma produção mutável de um sujeito provisório, de acordo com o contexto onde vive.

A medida que o território se apresenta como uma potencialidade e possibilita um reconhecimento social, esse também é um espaço de padronização de sujeitos, ou ainda, é capaz de criar uma imagem unificada das pessoas (ZAMORA, VILHENA E DIMENSTEIN, 2004). No ideário social, por exemplo, o jovem da periferia é visualizado muitas vezes como um sujeito preguiçoso, que precisa ser disciplinarizado para não tornar-se perigoso; o jovem do campo é trabalhador, responsável, um jovem preocupado com o futuro – o que fabrica subjetividades

Dessa maneira, a produção da subjetividade na contemporaneidade está marcada pelo individualismo, pela lógica do consumo e enfraquecimento do sentimento de comunidade. O sujeito é reconhecido, segundo Zamora, Vilhena e Dimenstein, (2004) pelo que possui e estabelece relações superficiais. O território torna-se parte do ser, constrói a subjetividade individual ou de grupo e de um pertencimento. Esse espaço “[...] produz formas de pensar, agir, sentir e estar no mundo.” (p. 9).

Nessa dinâmica de reconstruções e de pertencimento, “[...] fazer parte de grupos organizados ou comandos parece ser uma estratégia que alguns jovens encontram de afirmação ou de sobrevivência física e simbólica em um contexto social mais amplo, marcado por profundas desigualdades e exclusão.” (ZAMORA; VILHENA; DIMENSTEIN, 2004, p.13).

Essa afirmação ou busca de sobrevivência física e simbólica em um contexto social, deflagra sérias consequências que podem ser interpretadas tanto como problemas, quanto

como alternativas na forma de organização dos grupos em que as diferentes juventudes se identificam. Apesar de refletirem diferentes entendimentos perante a moral vigente, o crime organizado e as forças juvenis de igreja, são exemplos que podem ser pensados e vistos como parte transacional do processo de identificação com grupos. A lógica organizacional tanto de um quanto de outro, pode ser percebida como geracionais e transacionais, pois se mobilizam de acordo com a conjuntura social a que cada um dos jovens esteja inserido. No Brasil, essas experiências dos jovens em grupos, podem ser exemplificadas em vários momentos da história nacional.

Há visibilidade positiva se tomarmos como parâmetro alguns movimentos como o movimento abolicionista, que se desenvolveu durante o iluminismo do século XVII, mas que teve força mais representativa na segunda metade do século XIX; a Semana de Arte Moderna de 1922, movimento articulado por jovens literatos buscando novas perspectivas para as artes e o sistema educacional; o movimento tenentista, ainda em 1922 reivindicando reformas sociais; a União Nacional dos Estudantes – UNE – criada em agosto de 1937, primeira organização de jovens no Brasil que colocou dimensão nacional aos movimentos de resistência; e mais recente, chegando até na última década do século XX, com o movimento dos cara-pintadas ou movimento Fora Collor; todos, transcrevendo momentos de significativa importância na história nacional e juvenil e que até hoje tem influentes impactos nos debates políticos e sociais para a sociedade. (SEVERO, 2010).

Esses exemplos são trazidos como evidências qualitativas porque, diferente da criminalidade, são aceitas na relação ética e moral da sociedade. Contudo, não se pode deixar de dizer que o crime organizado, dentro das fragilidades e omissão do Estado e da sociedade “ética moralista”, não seja uma forma de driblar algumas das formas excludentes que estão mascaradas por traz de discursos ideológicos fundados principalmente na moral e que selecionam e excluem quem da sociedade fará parte dos grupos aceitos socialmente.

Segundo Severo (2010), esses movimentos, ou a resistência cultural juvenil, em que é possível identificar a formação tanto dos grupos no crime organizado quanto das forças da igreja, ambos podem ser identificados como oposição a determinadas conjunturas que, se forem superadas, suas práticas de resistência também o serão. Nesse sentido é que se pode afirmar que ambos têm um caráter transitório, seja das afirmações políticas e culturais, ou na compreensão das práticas e os valores desses jovens na sociedade, pois são cada uma dessas experiências, ou seja, as relações que se estabelecem em cada estrutura da sociedade, que passam a ter e ser uma referência dos momentos históricos vividos.

Cruz e Guareschi (2010, p.26-27) destacam que nas décadas de 1980 e 1990



[...] além de pragmáticas foram paradoxais, [...]. De um lado, desenvolveu-se um processo singular de reformas, no que se refere à ampliação do processo democrático e à organização política e jurídica, [...]. Por outro lado, efetivou-se um processo de recessão e contradição no campo econômico, [...]. Para as autoras, o paradoxo está localizado na relação entre os avanços sociais assegurados pela Constituição de 1988 e as definições das diretrizes macroeconômicas que concedem as políticas públicas como consequência do funcionamento da economia e, sendo assim, acabaram por desfigurar os princípios orientadores das mesmas. [...].

Ou seja, o caráter de política pública, que segundo as autoras deveria ser “[...] a resposta do Estado frente às demandas que emergem da sociedade, caracterizando-se como um direito coletivo [...], um conjunto de ações, formando uma rede complexa, endereçada sobre precisas questões de relevância social. [...]”, acaba sendo fragilizada quando não articula as demandas da sociedade.

Nesse sentido, Sposato (2010) defende a ideia de que as políticas públicas historicamente não atendem as demandas dos jovens, não reconhecem os protagonismos e inclusive propiciam a invisibilidade de suas demandas, o que caracteriza, portanto, uma exclusão.

A dificuldade de acesso aos bens de consumo, as políticas de educação, saúde e renda, a moradia, a saneamento básico, a cultura e lazer, é um fenômeno que ocorre tanto nas comunidades urbanas, quanto rurais, ou seja, está imbricada à diferentes estruturas sociais. Nessa perspectiva, é preciso entender como as estruturas e as organizações sociais se constroem e como elas se modificam. Firth (1971, p. 36 e 37), define que “[...] estrutura social é um recurso analítico que serve para compreender como os homens se comportam socialmente. [...] se estas relações não operassem a sociedade não existiria sob essa forma”. Já a organização social,

[...] implica algum grau de unificação, a união de diversos elementos numa relação comum. Para isto, pode ser conveniente supor a existência de princípios estruturais, ou vários processos podem ser adotados. Isto envolve o exercício da escolha, o tomar decisões. Estas, como tais, dependem de avaliações pessoais, que são a transformação dos fins ou valores grupais em termos que adquiram significado para o indivíduo. [...] implica o reconhecimento do fator tempo na ordenação das relações sociais. [...] o conceito de organização social, também, leva em conta as magnitudes. [...] pressupõe também elementos de representação e responsabilidade. [...] o conceito de organização social é importante também para a compreensão da mudança social. (FIRTH, 1971, p. 41 e 43);

Ainda segundo o autor, há requisitos para que uma estrutura social seja considerada uma estrutura aceitável. Firth (1971) descreve que a ideia de existência de princípios estruturais,

[...] considera as relações das partes com o todo, o arranjo no qual os elementos da vida social estão ligados. Estas relações devem ser vistas como construídas umas sobre as outras, pois são séries de ordens diversas de complexidade. Precisam ser de significados não simplesmente momentâneos, uma vez que fatores de constância ou continuidade devem estar envolvidos nelas. (p. 35).

Analisando as definições de Firth (1971), sobre organização social, essa é uma ferramenta indispensável à compreensão da mudança social, seja na persistência ou repetição de comportamentos, elemento de continuidade na vida social. Essa continuidade é expressa “[...] na trama das relações que é feita através da estabilidade de expectativas, pela validação da experiência do passado com o termo da experiência similar no futuro”. (p.45). Essas experiências são possibilitadas tanto do sistema de parentesco, das relações de classe, da distribuição ocupacional, entre outros.

Segundo Guareschi (2007), o que define as relações entre a sociedade e o mundo, é uma relação de dominação, impedindo assim que todas as pessoas tenham os mesmos acessos nas diferentes dimensões que envolvem o indivíduo. Neste sentido, segundo Guattari (1990, p.27) existem “[...] conexões diretas entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”. Desta forma, compreende-se, segundo o autor, que este sistema produz o desequilíbrio, seja ecológico, social, ou subjetivo.

Tais desequilíbrios, são reforçados frente as fragilidades das políticas públicas voltadas principalmente aos jovens. Mesmo com muitos avanços, tomando como exemplo as políticas públicas voltadas voltadas ao jovem rural, a implementação e a participação desta população na elaboração das mesmas ainda é insuficiente. (BARCELLOS, 2014).

Ainda segundo este autor, a juventude rural precisa ser vista como uma organização que se articula politicamente, visando formas de construção de políticas públicas que atendam as demandas desta população.

Outro ponto a ser discutido está relacionado à juventude enquanto questão social, que busca um novo espaço de inserção, não apenas nas áreas rurais, mas na sociedade como um todo. A juventude é um tema transversal, que deve ser abordado no conjunto do escopo das políticas voltadas para a área social. (BARCELLOS, 2014).

Com um olhar reducionista de que o jovem rural precisava estar inserido no sistema produtivo, algumas questões foram sendo “esquecidas” e representam ainda hoje um limitador que tem influência direta no empoderamento do jovem rural – dificuldade ao acesso às estruturas sociais básicas. (BARCELLOS, 2014).

Um fator que é interessante ser analisado enquanto fator social e sociológico em relação à juventude rural é o processo de inserção desse jovem na sociedade. Uma vez que Castro (2009) descreve essa inserção como uma forma de manutenção e ampliação do patrimônio familiar, é possível entender e analisar o quando o campo foi um espaço de segregação da infância e juventude.

Já no território urbano se visualiza uma visão determinista e estigmatizada do jovem pobre, morador das “periferias” urbanas como um ser perigoso que vive num lugar de faltas, impede um olhar das políticas e dos próprios jovens para as riquezas locais, para os afetos circundantes, para as singularidades e sujeitos potentes que existem nas comunidades distantes do que se denomina centro urbano.

[...] a exclusão opera na vida dos adolescentes e jovens brasileiros privações de caráter estrutural e na forma de abandono social, revela-se na omissão das políticas públicas, na homogeneização da percepção oficial da juventude que se caracteriza pela debilidade no enfoque de gênero, cultura, etnia, residência rural e estrato econômico e, por consequência, na inexistência de oportunidades efetivas de inclusão social. (SPOSATO, 2010, p. 181).

Zamora, Vilhena e Dimenstein, (2004) discorrem que o jovem pobre é discriminado e não tem condições dignas de vida, tem dificuldade de acesso às políticas e conseqüentemente ao trabalho. Assim, o tráfico tornou-se uma alternativa vocacional, e para isso há um recrutamento cada vez mais cedo de tais sujeitos para começar a trabalhar. Submetem-se a uma exploração mão de obra com um comércio negro pelas necessidades e desejos que são coagidos a ter.

As autoras expõem que há outros elementos que mantem o jovem no tráfico que vai além da questão financeira, é a necessidade de reconhecimento, de status de pertencimento. Portanto, manter-se nesse lugar além de ser uma necessidade, produz um confinamento, que restringe a circulação de outras pessoas é um dispositivo de poder, que fortalece a exclusão, pois torna-se um confinamento geográfico, social, cultural, político e também subjetivo.

#### **4 Jovens, juventudes e políticas públicas**

A população jovem, de acordo com Waiselfisz (2014), representava em 2012, 26,9% do total de habitantes do país, ou seja, dentro dos critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA na classificação de adolescentes, o Brasil contava com de 52,2 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade.

Inferir sobre uma concepção juventude é necessariamente abordar o conceito de adolescência. Emergido apenas no século XX, a adolescência é tida, segundo Waiselfisz (2014), Coimbra e Nascimento (2015) como uma fase de desenvolvimento fundamentalmente biológica: de desenvolvimento cognitivo, hormonal e de transformações corpóreas, período de mudança, marcado pela incompletude e pela necessidade de amadurecimento.

A partir desse entendimento, as legislações, fundamentalmente o ECA (BRASIL, 1990), define o adolescente como pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Concebe-se, portanto, como uma fase que acomete a todos os sujeitos, estabelecendo um modo homogêneo de ser, uma identidade adolescente.

Dessa maneira, destacam Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) que na tentativa de problematizar o uso naturalizado do conceito adolescência, a qual individualiza e interioriza questões sociais como individuais, se cria outro: o conceito de juventude, “[...] continuando a ser entendido e utilizado como uma definição universal e identitária de uma fase da existência humana, agora um pouco mais ampliada.” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 182).

Para Waiselfisz (2014), a juventude é tida como uma categoria sociológica, na qual se entende o sujeito como estando em um processo de preparação para adulez, para o desempenho novos papéis familiares e profissionais. Coimbra e Nascimento (2015) defendem que, mesmo com a mudança de conceito, permaneceu o no plano homogêneo e de identidade, que impõe outro modo de ser e estar no mundo.

Um ideário de juventude como jovem um sujeito saudável fisicamente e emocionalmente, que tem vivacidade, garra, é um ser potente, moderno, responsável e maduro. Adjetivos que produzem o desejo da eterna juventude e atrelado a esse um mercado focalizado, principalmente no plano estético reafirmando cotidianamente esse desejo da juventude plena e produzindo subjetividades. Todavia tal essa juventude é pré-datada: tem uma data para iniciar e findar - dos 15 aos 29 anos.

Assim, Coimbra e Nascimento (2015), propõem que essas noções precisam ser desagregadas de conceitos identitários fechados, marcadas por modelos e preconceitos e que portanto, há a necessidade de transvalorar, não definir sujeitos a priori e sim focar na processualidade “[...] é ela que nos permite experimentar, criar e inventar, visto que os sujeitos, objetos e saberes estão sempre se fazendo, estão sempre sendo, e nós como profissionais também... Não há nada acabado, não há certezas, tudo é temporário...” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 188).

Conceitualmente, neste artigo adotaremos o termo “juventudes” no plural, a partir do conceito de Pochmann (2004), que afirma que definir juventude vai além das considerações

fisiológicas, ou seja, faz parte de uma determinação cultural presente em cada sociedade; e de CacciaBava (2004), que considera a juventude como categoria social perante a história de cada sociedade, nela ocupando lugar próprio. São conceitos que não se prendem a uma condição determinista de características biológicas, indo ao encontro da definição da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ, 2012), a qual diz que existe uma diversidade de jovens (agricultores familiares, camponeses, quilombolas e indígenas).

Pensar os jovens da área urbana e da área rural como sujeitos de direitos é essencial despir-se de preconceitos e ter uma noção mais complexa das especificidades de cada grupo. Por isso transvalorar é ir além, é subverter essa categoria posta, naturalizada de juventude. Sustentam Coimbra e Nascimento (2015) da necessidade de reconhecer que existem juventudes pluralizadas, as quais são fabricadas a partir de múltiplos elementos do contexto em que está inserido e, que é possível inventar outras juventudes, outros modos de proteção e cuidado efetivados pelas políticas públicas.

Segundo Castro e Vasconcelos (2007), os movimentos de juventude contemporâneos atuam em um cenário neoliberal que no Brasil apresenta-se mais ou menos expressivo, dependendo da conjuntura. Alguns estudos, segundo os autores, apontam para a perda das utopias, para as lutas centradas unicamente em questões de identidade, tendendo o debate para uma errônea análise de apolitização da juventude.

Contudo não se trata de uma falta de participação, mas antes de uma mudança nas formas e conteúdos dessa participação da juventude, ou seja, frente ao desgaste dos espaços tradicionais e institucionalizados de participação, que não mais dialogam com as vivências dos jovens, há uma certa fragilidade na participação efetiva. (BRENNER E CARRANO, 2008).

Essa fragilidade na participação pode ser reflexo de uma atuação do governo que até os anos de 1990, fazia certa distinção das políticas públicas que visavam a sociedade como um todo, não pensando em especificidades para políticas públicas para as juventudes. De uma forma mais genérica, Rua (1998) descreve que as políticas públicas eram vistas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, entendendo a juventude nesse meio como coadjuvante.

Para a autora, esse estado de coisa só passaria a ocupar espaço na agenda pública quando demandasse de respostas políticas, ou seja, uma questão do campo político social. É importante destacar que esse conceito de Rua (1998), ajuda a entender as trajetórias das políticas públicas no Brasil destinadas aos jovens, uma vez que ela destaca que no nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, não contemplavam ações

especialmente voltadas para os jovens, que no futuro, representam uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Segundo Rua (1998), é importante considerar que a partir de 1990, as políticas públicas voltadas aos jovens, começam a ganhar forma. Contudo, a autora salienta que devido a uma construção histórica de uma sociedade com modulações dominantes sobre seus sujeitos jovens, acabam interferindo no processo de construção de políticas para a juventude que vão além do contexto instituído, por exemplo, no ECA.

A autora traz duras críticas a esse modelo instituído pela sociedade que recria um modelo passivo de políticas que não agem ativamente na produção de novas representações. Rua (1998) salienta que há uma relação de transição e integração no mundo adulto, não admitindo que o jovem hora esteja fora, hora esteja dentro das estruturas sociais. Se compreende que o jovem faz parte da estrutura e dessa forma precisa ser pensado como sendo parte integrante.

Esse entendimento requer diferenciar políticas públicas como modelos participativos e democráticos, dos moldes tradicionalmente designados como cidadania tutelada, ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade. Esse novo entendimento de política pública para juventude vem orientada como direitos plenos dentro do contexto “adulto”, porém com um olhar interno ao público que se destina, dissociado de uma cronologia ou de bases biológicas.

A população jovem passa a ser vista a partir da década de 1990, como um potencial de relação conceitual de risco social, visualizando sérios problemas no âmbito da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, soa como um alerta para se pensar estratégias das novas formas das políticas públicas.

A baixa escolaridade, a situação de pobreza, a dificuldade de acesso às políticas de emprego e renda, tornam os jovens suscetíveis a riscos sociais. Segundo Waiselfisz (2014), Paiva e Oliveira (2015), apesar de muitos avanços sociais e econômicos brasileiros, a população juvenil não foi atingida pelas políticas públicas por completo e continuam como um grupo vulnerável.

Frente a essas percepções de necessidades de estratégias frente às ações das políticas públicas, tecemos uma crítica pois dá-se início a criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos jovens do meio urbano, ou seja, inicia-se assim além de uma forma de controlar a vida dos jovens, também uma segregação que não considera as diferentes

juventudes, como por exemplo, a juventude rural, a indígena, a quilombola etc, pois prioriza principalmente o meio urbano.

Segundo Sposito e Carrano (2003), entre os anos de 1995 e 2002, em um estudo sobre programas/projetos governamentais, foram identificados 30 programas voltados para a juventude. Também foram identificados três ações sociais não governamentais de abrangência nacional. O que chama a atenção, é que tanto os governamentais quanto os não governamentais, eram direcionados, ou faziam menção, a uma determinada faixa etária – de 15 a 25 anos. Contudo, os autores salientam que mesmo havendo programas e ações, isso não era uma garantia de maior atenção e qualidade de ação na questão da juventude.

Após mobilizações que se iniciaram na década de 2000, através de seminários, pesquisas e consultas sobre a temática juvenil, foram sendo somados esforços de grupos, movimentos e redes de jovens, que discutiam a questão da juventude de uma forma mais sistêmica. Segundo a SNJ (2013), em 2004, na Câmara Federal foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, iniciando o processo de debate sobre a constituição do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude. Outras ações ainda nesse período foram de extrema importância, como a emenda constitucional 65, que incluiu a palavra jovem na Constituição Federal; também foram criados, por Medida Provisória convertida na Lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

É importante destacar também os programas e ações voltadas aos jovens que são desenvolvidas pela SNJ, a qual articula de forma interministerial o diálogo com a sociedade civil, principalmente com o CONJUVE.

Atualmente, dentre esses programas e ações podem ser destacados segundo a SNJ (2013, p.6),

O Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, denominado Juventude Viva, que visa prevenir a violência e combater sua banalização através de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros; o Programa Estação Juventude, que tem por objetivo informar sobre as Políticas Públicas de Juventude, construir percursos para a inclusão dos jovens e assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais; o Observatório Participativo da Juventude (Participatório) que, inspirado nas redes sociais, se caracteriza como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude; e o Programa Juventude Rural, de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda para os jovens rurais, em especial, ribeirinhos, indígenas e quilombolas; além do apoio ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores estaduais e municipais de juventude.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude se deu como forma de desenvolver ações voltadas para elevar o nível de escolaridade, para a qualificação profissional, para a criação de serviços socioeducativos e trabalho comunitário, e segundo Gohn (2014) nasce deste contexto os inúmeros projetos e ações descritas anteriormente, cada um sendo executado por diferentes órgãos a nível federal.

## **5 Considerações finais**

A partir da noção de produção de subjetividade de Deleuze e Guattari (1995), se entende que o jovem é um sujeito que tem sua subjetividade produzida por um contexto político, histórico e social múltiplo, pela mídia e outros equipamentos coletivos que estão interconectados na sua “fabricação”.

Deste modo, as políticas públicas também precisam ser vistas como produtoras de subjetividades. O sujeito se movimenta e se reconhece a partir do outro (alteridade), ou seja, é por meio da visão que os outros -sociedade e governo - tem do jovem, que ele constrói a visão de si e sobre o mundo. Tendo em vista estas prerrogativas, cabe refletir que entendimento de juventude está no ideário social e que noção perpassa as políticas públicas para esse público, tendo em vista a necessidade de pensar as juventudes, em seu plural.

Assim, a relação da vida cotidiana e a produção da vida material engendram discursos das relações de trabalho e poder, bem como, os desejos e expectativas futuras, que na dimensão sócio-histórica discutida ao longo do texto, criam perspectivas de futuro a ponto de criar uma atmosfera de insegurança em determinados momentos e, de mobilizações, em outros.

As várias lutas sociais possibilitaram que novos conflitos emergissem, abrangendo diferentes temáticas que vão da diversidade de lutas e demandas étnicas, até as lutas religiosas de diferentes seitas e crenças, somente foram possíveis porque a sociedade se mobilizou em diferentes grupos em detrimento de sua liberdade, seus desejos e expectativas de futuro.

Os jovens protagonizaram diversas mobilizações e sempre foram centrais nos debates sociais desde a redemocratização do país. Apesar de muitos movimentos sociais terem se enfraquecido, atualmente os movimentos que englobam as juventudes continuam sendo potentes para transformações sociais e modificações em cenários políticos.

## **Referências**



ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol 8, n2, nov, 2012.

BRASIL. Lei Nº 8.069, **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)  
Acesso em: 29 nov. 2015.

CACCIA-BAVA, A. O estudo sobre os jovens brasileiros. **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, n.44, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/044rea.htm>.  
Acesso em: 26 nov. 2015.

BRENNER, A. K.; CARRANO, P. 2008. Formas da participação de jovens na vida pública. [Online] **Observatório Jovem do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/formas-econte%C3%BAAdos-da-participa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-na-vidap%C3%BAblica>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CASTRO, M. G. VASCONCELOS, A. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M.L. do. Transvalorando os conceitos de juventude e Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalizade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

\_\_\_\_\_. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v 57, n. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: Fraga, P.C. P.; Iulianelli, J.A.S. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro-RJ, Editora DP&A, 2003.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **Perspec.**, São Paulo , v. 15, n. 4, p. 105-118, Dec. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 nov. 2015.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: \_\_\_\_\_. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.13-38.

DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia de. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: drogas, violência e confinamento. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF; jan.-jul. 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma**. In: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Editora 34, 1ª ed. 1995.

FIRTH, Raymond. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, F.H. & IANNI, O. (org.). **Homem e Sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. O papel do associativismo nas diferentes concepções democráticas. In: **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. ) Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006\\_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2015.

GUARESCHI, Pedrinho. A. **Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização**. In: SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão*, pp. 141-156.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e associativismo no Brasil atual. In: GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011 . Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/196/70>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades, Assimetria de Poder e Identidades Sociais no Campo - **Relatório Científico: Volume II B**. Ruralidades - Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades:. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural. Rio de Janeiro, 2009.

NEPOMUCENO, Mariana Diniz Bittencourt. **Identidade em movimento** - A militância migrante no movimento dos trabalhadores rurais sem terra: Potencialidades [Trans]formativas

do encontro intercultural. (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Educação Intercultural pela Universidade de Lisboa, 2011.

OLIVEIRA, Antonio Celso de. Resenha. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. Disponível em: < [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_review%20very%20important.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_review%20very%20important.pdf) >. Acesso em: 20 nov. 2015.

PAIVA, Ilana Lemos de.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e Políticas sociais: Da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.217-241.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In:\_\_\_\_\_. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 24, p. 16-39, Dec. 2003 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SEVERO, Mirlene Simões. Direitos sociais dos jovens no Brasil: concepções e experiências. Segurança Urbana e Juventude. **Araraquara**. v.3, n.2, 2010. Disponível em < <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/download/3696/3456>>. Acesso em:26 nov. 2015.

SPOSATO, Karyna Batista. Juventude: da indivisibilidade à redução da maioridade penal. In: VENTURI. (Org.) **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

WAISELFISZ Júlio Jacobo. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil** Brasília, Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Garamond, 2014. Disponível em <[www.juventude.gov.br/juventudeviva](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva)> Acesso em: 02 nov. 2015.